



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Às quatorze horas do dia 03 de abril de dois mil e vinte e cinco, após a verificação da presença e
2 quórum, iniciou-se, presencialmente no Auditório da ADASA, a *sexagésima Reunião*
3 *Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito*
4 *Federal (CBH Paranaíba-DF) em conjunto com o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito*
5 *Federal (CRH-DF) e com os Comitês distritais CBH Maranhão-DF e CBH Preto-DF*, para
6 dialogar sobre os seguintes pontos de pautas, trazidos na convocação/pauta enviada com a
7 antecedência regimental a todos os membros: **60ª Reunião Extraordinária**: Item 1 – Abertura,
8 verificação de presença e quórum da 60ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF; Item 2 –
9 Comunicações; 2.1 Experiência da ANA sobre o enquadramento e informações sobre o PIRH -
10 Paranaíba (pauta conjunta com o Conselho de Recursos Hídricos do DF); 2.2 Prazo boletos -
11 Cobrança e TFU; Item 3 – Assuntos Gerais; 3.1 Capacitação sobre a cobrança pelo uso de recursos
12 hídricos de domínio do Distrito Federal; 3.2 Dúvidas sobre a Taxa de Fiscalização dos Usos dos
13 Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos - TFU-NP; e Item 4 – Encerramento.

14 Estiveram presentes na **60ª Reunião Extraordinária** os membros: *Poder Público*: ICMBio –
15 Grahal Benatti (Titular); Emater – Marcos de Lara Maia (Suplente); Adasa – Wendel Vanderlei
16 Lopes (Titular); Brasília Ambiental – Renata Machado Mongin (Titular) e Patrícia Valls e Silva
17 (Suplente); Caci – Bruno Sigmaringa Seixas (Titular) e Boniperti Rosa de Oliveira (Suplente);
18 Seduh – Edna Aires (Suplente); Sema – Elisa Maria Lima Meirelles (Titular) e Ilana Sarah do
19 Santos (Suplente). *Organizações Cívicas/Sociedade Civil*: *Setor de Ensino e Pesquisa e*
20 *Desenvolvimento Tecnológico*: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Abes
21 – Mauro Felizatto (Titular); Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA – Ana Paula de
22 Souza Fernandes (Suplente). *Setor de Sindicatos, associações técnicas não governamentais e*
23 *associações comunitárias*: Associação Aliança Tropical de Pesquisa da Água – TWRA – Alba
24 Evangelista Ramos (Suplente); Rede Cidadã de Taguatinga – Recita – Igor Rodrigues Gonçalves
25 (Suplente); *Setor de Entidades Ambientalistas ou Relacionadas a Interesses Difusos*: Associação
26 de Preservação de Desenvolvimento Sustentável da Serrinha do Paranoá – Lucia Maria Mendes
27 (Titular); Fundação Pró-Natureza – Funatura – Paulo Henrique Gonçalves de Souza (Titular);
28 Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade – Cirat – Luiz Carlos Pinagé de Lima
29 (Titular); Universidade Holística Internacional da Paz – Unipaz – Regina Stella Quintas Fittipaldi



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

30 (Suplente). *Usuários: Setor de Abastecimento, Coleta e Tratamento de Esgotos, Inclusive Diluição*
31 *de Efluentes Urbanos:* Companhia de Saneamento Ambiental do DF – Caesb – Carlo Renan
32 Cáceres de Brites (Titular) e Fábio Bakker Isaías (Suplente). *Setor de Indústria, Mineração,*
33 *Captação de Água e Diluição dos Respective Efluentes Industriais:* Serviço de Limpeza Urbana
34 do Distrito Federal – SLU – Samuel Almeida Fonseca (Suplente); Seara Alimentos Ltda – Thiago
35 Pereira da Silva (Titular). *Setor de Irrigação e Uso Agropecuário:* Associação dos Produtores
36 Rurais da Reserva A – Apra – Lauro dos Santos Correia (Titular); Demetrios Christofidis (Titular).
37 *Setor de Hidroeletricidade:* Companhia Energética de Brasília – CEB – Samuel Aldo Mesquita
38 (Suplente). *Setor de Drenagem Urbana:* Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil –
39 Novacap – Hiltton Antonio Domingos Moreira (Titular). Como convidados dos eventos, também
40 participaram: Karine Karen Martins Santos Campos (Abha); Marina Libanio (Abha); Nivarro
41 Nepomuceno Sobrinho (Associação de Voluntários Patrulha Ecológica); Kamila Almeida dos
42 Santos (Abha); Tatiana Cruz Amaral (Brasília Ambiental); Clarice Andreozz (Funatura); Rosana
43 M. Evangelista (ANA) e Mariana Lírio (ANA).

44 **Item 1 – Abertura, verificação de presença e quórum:** A reunião iniciou com a fala do
45 Superintendente da Adasa, Gustavo Carneiro, na qual explicou sobre que se tratava de Reunião
46 Conjunta com o Conselho de Recursos Hídricos do DF e os Comitês distritais. A Presidente do
47 Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH
48 Paranaíba-DF), Alba Evangelista Ramos, agradeceu à Adasa pela cessão de espaço e confirmou o
49 quórum da 60ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF; logo em seguida o presidente
50 Gilmar logo agradeceu pela oportunidade de reunião conjunta e confirmou o quórum da 25ª
51 Reunião Extraordinária do CBH Preto-DF, posteriormente a Secretária Patrícia Valls confirmou o
52 quórum da 33ª Reunião Extraordinária do CBH Maranhão-DF. O Suplente do Presidente do
53 Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Glauco Amorim da Cruz, declarou aberta a 1ª
54 Reunião Conjunta Extraordinária entre CRH-DF e os Comitês de Bacias Hidrográficas do Distrito
55 Federal e agradeceu à Adasa pela disponibilidade do espaço para a realização da reunião. Informou
56 sobre a convocação e pauta que fora compartilhada aos membros: 1. Apresentação: Experiências
57 da ANA sobre o enquadramento e informações sobre o PIRH – Paranaíba e 2. Apresentação da
58 Moção sobre as Áreas de Proteção de Mananciais – APMs, no processo de revisão do PDOT.



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

59 Antes de seguir para o primeiro item de pauta, o vice-presidente do CBH Paranaíba interestadual,
60 Fábio Bakker, foi chamado à mesa, cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade do
61 momento conjunto e especial com o CRH-DF e os comitês. Falou da força dos CBHs no
62 protagonismo da gestão de recursos hídricos, comentou sobre os instrumentos de gestão – cobrança
63 e enquadramento, ancorados pela Lei 9433 e a atuação intensa dos CBHs nesses processos. Fábio
64 também comentou sobre o PIRH como instrumento coordenado e proposto pelo CBH e o seu
65 acompanhamento permite uma relação próxima ao comitê afluyente (CBH Paranaíba-DF).
66 Explanou que o instrumento só vai fazer sentido se tiver a integração e participação de todos. Fábio
67 Bakker teceu comentários sobre a cobrança no Distrito Federal, das fases do plano de aplicação e
68 que é importante que o plano dialogue com o comitê interestadual. Por fim, Fábio falou do papel
69 estratégico órgão gestor no processo de implementação da política. **Item 2 – Comunicações; 2.1**
70 **Experiência da ANA sobre o enquadramento e informações sobre o PIRH - Paranaíba (pauta**
71 **conjunta com o Conselho de Recursos Hídricos do DF);** Após a fala do vice presidente do CBH
72 Paranaíba, foi dado seguimento ao item 2 da pauta das reuniões extraordinárias dos CBHs distritais
73 e da primeira pauta do CRH-DF, a apresentação foi realizada pelo servidor Márcio Araújo, que
74 iniciou com o comentário sobre o trabalho de se fazer uma integração na bacia, destacou sobre o
75 Pacto pela Governança das Águas que foi uma iniciativa para fortalecer a relação institucional pela
76 ANA e demais entes da federação foco em saneamento, segurança de barragens e recursos
77 hídricos. Também comentou sobre a aproximação entre os órgãos gestores em pensar nos
78 compromissos dessas agendas e ações de regulação. Destacou as divisões do PAP e os conjuntos
79 de iniciativas, apoio a implementação de ações nas bacias, aperfeiçoamento dos instrumentos,
80 blocos de ações, ações específicas e conjunto de ações. Destacou que não temos em nenhuma bacia
81 uma informação de disponibilidade, demanda e balanço hídrico, cada unidade tem a sua
82 informação. No Distrito Federal há o compromisso com o Paranaíba e São Francisco em avançar
83 para ter as mesmas informações. Também a necessidade de um balanço hídrico integrado,
84 informação sobre a água superficial e subterrânea. Comentou sobre pensar enquadramento, rede e
85 levar essas discussões para os CBHs. Fortalecer os temas no planejamento. O PIRH Paranaíba,
86 precisa ser efetivamente integrado. Márcio falou sobre o plano ser construído com quem é
87 impactado pelos problemas locais e destacou a participação dos CBHs afluentes nesse processo de
88 construção. Comentou sobre o processo de planejamento pensado em ciclos de implementação de



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

89 curto, médio e longo prazo. Definir ações prioritárias a curto prazo e pactuar com os executores.
90 Comentou da importância das ações dentro da governabilidade, ações que o órgão gestor tenha o
91 seu papel e os CBHs também. Posteriormente houve a fala da Ana Paula Generino, especialista da
92 ANA, que complementou a fala anterior e informou que está sendo feito de forma conjunta o plano
93 e o enquadramento na bacia do Paranaíba, que é a melhor opção para otimizar as etapas do
94 diagnóstico, prognóstico e até ações de melhoria da qualidade de água, pois o enquadramento
95 sozinho não dará conta de todas as ações necessárias na bacia, se escolher vazão de referência de
96 estiagem o foco será de cargas pontuais, mas se percebe poluição que vem de cargas difusas e o
97 plano pode fazer essa complementação de ações de preservação de apps, cercamento de nascentes.
98 No Paranaíba se depara com uma bacia diversa, com características diferentes e o enquadramento
99 é desafiador. A ideia de harmonização. Aos estados que já tem a sua proposta verificar a
100 necessidade reavaliação dos usos. No Distrito Federal fica o convite de se juntar ao processo, para
101 tratar da revisão do enquadramento, se as metas foram alcançadas, se é possível avançar mais.
102 Ressaltou que o enquadramento é um instrumento de planejamento, com bases nos usos que se
103 quer garantir. O mais importante é a pactuação na bacia. Frisou a figura do programa de efetivação
104 do enquadramento, os horizontes de planejamento, as metas a serem atingidas, qual ação, o
105 responsável e quanto vai custar. Destacou sobre o DF ser região de cabeceira e população grande
106 e o índice de crescimento precisa pensar em outras possibilidades, reuso agrícola e outras opções,
107 rio com capacidade de autodepuração limitada. Finalizou a fala reforçando o convite para todos
108 integrar ao processo. Após a fala o Secretário passou a palavra para o Fábio Bakker que destacou
109 que estão na fase de análise do segundo produto, fase de prognóstico que haverá uma reunião no
110 dia 04 de abril de 2025. A presidente Alba do CBH Paranaíba-DF parabenizou pela palestra da
111 ANA e falou sobre o plano do comitê que possui ações com valores enormes e que com a ideia da
112 integração hoje pode-se pensar em objetivar as ações. Comentou sobre a comissão de análise do
113 PIRH pelo CBH Paranaíba-DF. Desafio revisão do enquadramento para 2030, achou oportuna a
114 fala da ANA sobre se fazer a integração, grupo de pessoas técnicas limitadas para se trabalhar com
115 a pauta. O Secretário-Geral, Renan Cáceres, interface com as agendas, as APMs estão totalmente
116 relacionadas com o plano de recursos hídricos. As especificidades do DF, a exemplo da vazão de
117 referência. Comentou sobre as bacias do Melchior, Sobradinho, Alagado. Fábio Bakker ressaltou
118 que o estudo (plano/ enquadramento) está sendo elaborado com o recurso da cobrança, contratado



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

119 pela entidade delegatária, Abha Gestão de Águas. É um estudo contratado pelos CBHs. Destacou
120 da gestão descentralizada, oportunidade pela Lei. O CRH seguiu o seu ponto de pauta que tratou
121 da minuta de moção sobre Áreas de Proteção de Mananciais (APM), no processo de revisão do
122 PDOT-DF. A presidente do CBH Paranaíba-DF, Alba Evangelista Ramos, apresentou uma versão
123 da moção com algumas contribuições. Após apresentação ficou definido que o documento será
124 analisado na próxima reunião do Conselho, para que os membros presentes possam levar aos
125 órgãos e analisar os desdobramentos possíveis da Moção. Gustavo Carneiro falou sobre o
126 encerramento da reunião do Conselho de Recursos Hídricos e que, caso algum membro do
127 conselho tivesse interesse em permanecer nas reuniões do CBHs são muito bem-vindos e que
128 estariam como ouvintes. **2.2 Prazo boletos - Cobrança e TFU:** Para esclarecer dúvidas sobre a
129 emissão dos boletos, o servidor Clésio Araújo da Adasa, mostrou o passo a passo por meio das
130 informações contidas no site da Adasa e informou que a primeira parcela deverá ser paga até o dia
131 15 de abril. **Item 3 – Assuntos Gerais; 3.1 Capacitação sobre a cobrança pelo uso de recursos**
132 **hídricos de domínio do Distrito Federal; 3.2 Dúvidas sobre a Taxa de Fiscalização dos Usos**
133 **dos Recursos Hídricos para não prestadores de serviços públicos - TFU-NP;** Dando
134 seguimento a capacitação, Vandete Inês Maldaner, servidora da Adasa, apresentou dados sobre o
135 andamento da cobrança, informações sobre quais os usuários que serão impactados com a cobrança
136 o que corresponde a 20% dos usuários que utilizam 80% da água no Distrito Federal. Comentou
137 sobre a expectativa de arrecadação de 5 milhões e 824 mil reais, sendo por finalidade irrigação
138 39,51%, 25,09% abastecimento humano, 12,63 criação/ dessedentação de animais, 6,43%
139 aquicultura, 5,04% comercial. Também comentou sobre a arrecadação por bacias, por
140 interferências e grupos de usuários. Mauro Felizatto (Abes) questionou sobre a ausência de
141 informações sobre os lançamentos. Vandete informou que para esta capacitação foi feito o recorte
142 do papel dos comitês na divulgação da cobrança para sinalização desses usuários. Também foi
143 explicado sobre a diferença da cobrança e TFU. Marcelo Benini do CBH Maranhão, comentou
144 sobre não constar a Saneago na parte de abastecimento humano devido a captação na bacia do Rio
145 Maranhão no território do DF. Vandete informou que consta e que a Saneago receberá o boleto.
146 Robson do (ICMBio) questionou sobre a periodicidade do boleto, Vandete respondeu ser anual.
147 Ana Paula (Fibra) questionou sobre a diferença entre TFU e Cobrança. Vandete mostrou exemplos
148 de aplicação de recursos CBH Paranaíba e São Francisco, acompanhamento das aplicações dos



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

149 recursos pelo CBH São Francisco, por meio do Plano Orçamentário anual (POA), com relatórios
150 bem embasados e informações sobre os projetos desenvolvidos com os recursos. Por fim, Vandete
151 falou sobre o Plano de Recursos Hídricos do Paranaíba que apresenta ações e propostas que daqui
152 pra frente servirão de base para elencar as prioridades. Para o CBH Preto-DF e CBH Maranhão-
153 DF será utilizado o diagnóstico que tem no PGIRH que será atualizado. Enfatizou a respeito dos
154 desafios, elaboração do PAP e definição processo de contratação entidade delegatória. Após a fala
155 da Vandete, o coordenador de outorgas da Adasa, Saulo Gregory Luzzi, mostrou os números da
156 outorga, os cálculos e quem são os usuários atingidos pela cobrança. Enfatizou que a maioria das
157 outorgas atualmente são de captações superficiais e as principais finalidades pagantes serão para
158 abastecimento humano e irrigação. Falou do desafio como escala e outros critérios para definição
159 de captação em rios federais. Também comentou sobre a distribuição de volume das finalidades,
160 sendo o maior volume de irrigação de culturas, seguido de abastecimento humano. Apresentou os
161 valores mínimos e máximos dos boletos. No caso do abastecimento humano o valor para os
162 condomínios tem o valor mínimo de quinhentos reais e máximo de vinte mil reais. No caso da
163 TFU, mostrou as interferências e que são destinadas aos grandes usuários. Mauro Felizatto,
164 questionou sobre a divergência entre a outorga e a captação, o servidor da Adasa respondeu que o
165 outorgado deverá procurar a Adasa para regularizar uso e outorga para que não ocorra pagamentos
166 indevidos. Gustavo Carneiro, superintendente da Adasa, destacou que alguns usuários já estão
167 procurando a Adasa para ajuste de outorga e alertou que a agência deverá intensificar a fiscalização
168 no ano seguinte. Após a fala, o servidor da Adasa, Clésio Gomes, explicou sobre como é o acesso
169 via site da Adasa, para informações sobre a TFU e Cobrança, onde há disponível um link de
170 perguntas e respostas, que para acessar o boleto é necessário logar com o gov.br e que para as
171 pessoas jurídicas para retirar o boleto tem que vincular o cpf ao cnpj no site do gov, precisar ter
172 certificado digital da empresa. O pagamento poderá ser feito por parcela única, pagamento a vista
173 ou em 4 cotas, explicou que não tem desconto se pagar a vista. Explicou sobre as questões de
174 atraso em que haverá possibilidade de retirar boleto no site com as devidas correções. Após a fala
175 do Clésio, a presidente do CBH Paranaíba-DF convidou as gestoras da ANA, Mariana Lírio e
176 Grace Matos para iniciarem a apresentação sobre a aplicação dos recursos da cobrança. A fala foi
177 iniciada pela Mariana sobre o contexto e histórico da cobrança, o arcabouço legal, a figura de
178 entidade delegatária, a importância de acompanhar a execução. Comentou sobre as ações da ANA



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

179 ao longo dos anos, a junção de várias áreas, parte administrativa, auditoria interna da ANA. Mauro
180 questionou quem faz parte da comissão, Mariana explicou a composição. Também comentou sobre
181 a situação atual nas Bacias Hidrográficas interestaduais em que existem seis bacias com a
182 implantação da cobrança. A presidente Alba (CBH Paranaíba-DF) questionou sobre a adesão do
183 CBH afluente à entidade delegatária se é de forma direta ou precisa fazer licitação. Mariana
184 explicou que a lei não especifica que tem que ter um processo seletivo, na lei está que pode ser de
185 mais de uma bacia, mas que isso está sendo uma discussão. Quando se olha na prática é visto de
186 forma positiva de forma a viabilizar a gestão não necessariamente teria que ter um chamamento
187 público. Se o comitê quiser fazer ele pode encaminhar para essa linha, mas tem que ficar atento da
188 planilha de custo. Grace (ANA) complementou sobre a experiência de Minas, no normativo
189 mineiro tem as duas opções chamamento ou aderir a entidade equiparada. Alba falou sobre a
190 necessidade de ter um normativo no Distrito Federal. Mauro Felizatto comentou sobre a
191 curiosidade sobre o Grande em São Paulo. Mariana comentou que São Paulo possui uma legislação
192 diferente. Wendel questionou sobre a realidade do DF, por ter três comitês. Falou sobre o
193 Maranhão-DF, por ter uma arrecadação menor. Mariana falou da necessidade de verificar junto ao
194 jurídico. Gustavo Carneiro comentou que em Minas muitas questões foram por Decreto. Enfatizou
195 que sobre as questões relacionadas a adesão e custos no Distrito Federal. Comentou que já tem no
196 Distrito Federal a atuação da Abha. Wendel comentou sobre não diluir o recurso que já é curto.
197 Mauro comentou sobre como que seria o contrato. O Secretário-Geral do CBH Paranaíba-DF,
198 Renan Brites, comentou sobre o grupo de trabalho de 2019 em que foi feito uma simulação de
199 quanto custaria uma Agência, na época sairia em torno de seiscentos mil reais e considerando os
200 10% e que teria que chegar aos sete milhões na arrecadação de cobrança. Mariana comentou que
201 muitas entidades que hoje estão fortes e atuantes já contaram com custo adicional para custeio.
202 Gustavo Carneiro destacou o trabalho da entidade delegatária, que não é somente fazer atas,
203 acompanhar as reuniões, dispor de informações nos sites, não somente um corpo administrativo e
204 técnico, mas também tem um corpo jurídico. Citou o exemplo da Peixe Vivo na execução dos
205 projetos e sua estrutura para contratar, divulgar os projetos. Comentou do trabalho atual do
206 escritório de apoio que hoje é realizado nos CBHs que também conta com o apoio da matriz.
207 Mariana comentou que o desafio maior é a verificação da qualidade do gasto. Gustavo e Mariana
208 comentaram sobre a curva de aprendizado em todo o trabalho realizado. Mariana comentou sobre



**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

209 a padronização do PAP que foi um ponto positivo. Grace complementou a fala dizendo que é
210 preciso pensar na entidade delegatária como uma empresa, não se pode gastar tudo, uma empresa
211 tem que fazer reserva, controle, monitoramento, aplicação. Wendel perguntou sobre a localização,
212 se precisa ter uma sede na cidade. Mariana falou que o contrato de gestão é uma pactuação e
213 comentou sobre como funciona em outros locais. Wendel enfatizou sobre o custo para se manter
214 o espaço. Mariana explicou sobre os trâmites para a celebração do contrato de gestão com as
215 entidades delegatárias. Enfatizou sobre a importância de definição de responsabilidades e
216 obrigações. Comentou sobre as divisões do contrato: cláusulas contratuais, Termo de Referência
217 Programa de trabalho e metas. Sobre os instrumentos de gestão, plano de recursos hídricos que
218 tem o diagnóstico, plano de aplicação plurianual contendo as prioridades e deixar uma margem,
219 com a provisão para trazer segurança. Comentou, também, sobre a estrutura programática do plano
220 e sobre o link no site da ANA onde estão as informações. Por fim, apresentou sobre a execução
221 ciclo 2021-2025 respeito da variação de valores arrecadados e potencial de implementação do
222 Plano de Recursos Hídricos e a variação entre Entidades Delegatárias (capacidade operacional).
223 Gustavo comentou sobre os contratos se estão todos alinhados no mesmo ciclo. Mariana confirmou
224 que estavam todos no mesmo ciclo 2021-2025. Alba falou sobre os desafios dos CBHs sobre a
225 entidade delegatária, necessidade de discutir o melhor caminho chamada pública ou adesão.
226 Comentou da necessidade de apoio técnico. Wendel perguntou sobre a adesão se todos precisam
227 aderir a mesma entidade. Mariana comentou sobre a necessidade de se verificar com os comitês e
228 com as entidades. Gustavo Carneiro teceu comentários sobre a necessidade de amadurecimento do
229 diálogo com os CBHs, de convidar para o diálogo as entidades que já atuam como entidade
230 delegatárias e sobre as questões legais. Grace comentou sobre o que consta na Lei 9433 no que
231 concerne sobre os contratos de gestão. Gustavo comentou sobre a lei distrital 2725/2001 e
232 normativo da Adasa. **Item 4 – Encerramento:** Sem mais a tratar, a Presidente Alba Evangelista
233 Ramos encerrou a 60ª Reunião Extraordinária do CBH Paranaíba-DF. Eu, Karine Karen Martins
234 Santos Campos, lavrei a presente ata, que irá assinada pela Presidente, Alba Evangelista Ramos, e
235 Secretário-Geral, Carlo Renan Cáceres de Brites.



CBH PARANAÍBA - DF

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES DO RIO PARANAÍBA NO
DISTRITO FEDERAL - CBH PARANAÍBA-DF
ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

ALBA EVANGELISTA RAMOS

Presidente

CARLO RENAN CÁCERES DE BRITES

Secretário-Geral